

ASSIGNATURAS

Por um anno	10\$000
Por seis mezes	5\$600
Por tres mezes	3\$000
Avulso por folha	\$040
Anuncios, por linha	\$060

A correspondência official da capital deve ser dirigida ao escriptorio do DIARIO DE LISBOA, na imprensa nacional, aonde igualmente se deve remetter, franca de porte, a correspondência das provincias, assim como os periodicos que trocarem com o DIARIO DE LISBOA.

Anunciam-se todas as publicações litterarias, de que se receberem dois exemplares.

Suas Magestades e Suas Altezas passam sem novidade em sua importante saude.

PARTE OFFICIAL

MINISTERIO DOS NEGOCIOS DO REINO

DIRECÇÃO GERAL DE INSTRUÇÃO PUBLICA

2.ª Repartição—1.ª Secção

Pela direcção geral de instrução publica, n'este ministerio, se manda abrir concurso, por espaço de sessenta dias, a contar do 1.º do proximo mez de maio, e que ha de findar no dia 29 de junho do corrente anno, para o provimento do lugar de demonstrador e ajudante da 1.ª cadeira da escola medico-cirurgica do Funchal, perante a escola medico-cirurgica de Lisboa, com o ordenado de 240\$000 réis annuaes.

Os candidatos a este lugar deverão instruir os seus requerimentos com a sua carta de curso completo da escola medico-cirurgica de Lisboa ou Porto (decreto de 29 de dezembro de 1836, artigo 112.º § 1.º); attestado de pratica de cirurgia, passado pelo delegado de saude do districto onde a houverem exercido; alvará de folha corrida; e attestado da autoridade administrativa, onde os candidatos tiverem residido os ultimos tres annos, de bom comportamento moral, civil e religioso.

Os requerimentos serão apresentados dentro do prazo do concurso, na secretaria da escola medico-cirurgica de Lisboa. O director da escola assignará os dias em que terão lugar as provas dos concorrentes. Os pontos versarão sobre anatomia e physiologia, para as duas secções oraes; e sobre medicina operatoria e arte obstetrica, para a de pratica.

As lições oraes serão de uma hora cada uma: o tempo destinado para a de pratica será regulado pelo director da escola, como presidente do jury; não excederá porém hora e meia.

O jury será composto de cinco membros tirados á sorte, perante o conselho da escola medico-cirurgica de Lisboa, d'entre os lentes proprietarios e substitutos, em effectivo serviço, e presidido pelo director, ou por quem em suas vezes fizer.

A primeira lição começará pela leitura de uma dissertação em portuguez, finda a qual o candidato fará, em acto continuo, a exposição oral do texto da mesma dissertação, por tempo de uma hora.

As dissertações serão entregues no mesmo acto, depois da sua leitura e exposição oral, ao presidente do jury, que as rubricará immediatamente em todas as paginas, com os dois lentes mais antigos presentes, e as fará juntar ao processo do concurso.

Os pontos serão tirados á sorte vinte e quatro horas antes perante o presidente e membros do jury, e serão os mesmos para todos que lerem no mesmo dia.

Concluidas as provas de todos os candidatos, o jury ordenará, em consulta, a proposta graduada de todos elles; tendo em vista o merecimento absoluto e relativo das provas dadas em concurso, e quaesquer outros documentos de aptidão e idoneidade para o bom desempenho d'este lugar, apresentados pelos concorrentes.

O director da escola, presidente do jury, enviará em seguida ao ministro do reino, pela direcção geral de instrução publica, a referida consulta, com os requerimentos documentados de todos os candidatos, acompanhados da sua informação particular sobre a regularidade do processo, a aptidão litteraria e scientifica dos candidatos, seu merito relativo, se houver mais de um concorrente, e seu procedimento moral, civil e religioso.

O director da escola e o jury observarão n'este concurso as disposições dos artigos 7.º, 8.º e 15.º até 19.º inclusivamente do decreto de 27 de setembro de 1854, em tudo que lhes for applicavel.

Secretaria d'estado dos negocios do reino, em 28 de abril de 1860.—José Maria de Abreu.

3.ª Repartição

Pela direcção geral de instrução publica no ministerio do reino se hão de prover, precedendo concurso de sessenta dias, que principiará em 6 do proximo mez de maio, perante os commissarios dos estudos dos respectivos districtos, as cadeiras de instrução primaria (1.º grau) de Abadim, lugar do Asento, na freguesia de Queimadella, Barcellos e Pedralido, no districto de Braga; Covões, Penalva d'Alva e Degraças, no de Coimbra; Lavre, Aldeia do Monte de Trigo, Pavia, S. Thiago do Escorial, Vera Cruz e Villa de Mourão, no de Evora; Forno Telheiro, Freixendas e Rabagal, no da Guarda; Abiul, Caranguejeira, Carvalhal, Matta Mourisca, Ponche, Rolica, Tornada e Torquell, no de Leiria; Arnonches, Casa Branca, Figueira, Fronteira, Montargil, Seda e Vaia Monte, no do Portalegre; Alcanena, Alvega e Vallada, no de Santarem: cada uma d'ellas com o ordenado annua de 90\$000 réis, pagos pelo thesouro publico, e 20\$000 réis pelas camaras municipales respectivas; tendo alem d'isso a do Asento, casa e utensilios pela junta de parochia e confrarias do Santissimo e do Rosario da freguesia de Queimadella; a de Degraças, casa pela camara municipal, e 20\$000 réis pela junta de parochia; a de Lavre, casa e mobilia pela camara municipal; a de Rabagal, casa e mobilia pela junta de parochia; a de Carvalhal, casa pela junta de parochia, e os utensilios pela camara municipal; e as de Matta Mourisca e Rolica, a primeira, casa e utensilios, e a ultima, casa e mobilia, pelas respectivas juntas de parochia.

Os que pretenderem ser providos nas ditas cadeiras se habilitarão com certidão de idade de 21 annos completos; attestados de bom comportamento moral, civil e religioso, passados pelo parochio, pela camara municipal, e pelo administrador do concelho ou concelhos, onde tiverem residido os ultimos tres annos; certidões de folha corrida e de isenção do serviço militar, na conformidade da lei de 27 de julho de 1855; e documento por onde proveem que não padecem molestia contagiosa: tudo reconhecido e sellado. E logo que finde o prazo acima marcado lhes será assignado dia e hora para os exames na forma do regulamento respectivo, e do programma já publicado.

Secretaria d'estado dos negocios do reino, 30 de

abril de 1860.—O conselheiro director geral, José Maria de Abreu.

MINISTERIO DOS NEGOCIOS ECCLESIASTICOS E DE JUSTIÇA

DIRECÇÃO GERAL DOS NEGOCIOS DE JUSTIÇA

1.ª Repartição

Attendendo ao que me representou o conselheiro Manuel da Cunha Paredes, juiz da relação do Porto: hei por bem transferi-lo para o lugar de juiz da relação de Lisboa, vago por fallecimento de Caetano Xavier Pereira Brandão.

O ministro e secretario d'estado dos negocios ecclesiasticos e de justiça o tenha assim entendido e faça executar. Paço, em 22 de fevereiro de 1860. —REI.—João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Mártens.

Attendendo ao que me representou o bacharel João Barbosa da Fonseca Alvares Pereira, juiz de direito da comarca de Guimarães; aos longos annos que tem de serviço em diferentes logares, assim da antiga como da actual magistratura, antes e depois do despacho geral em que entrou de 1835; e á probidade, intelligencia e dedicação com que sempre desempenhou as obrigações a seu cargo: hei por bem nomea-lo para o lugar de juiz da relação do Porto, vago pela transfeencia do conselheiro Manuel da Cunha Paredes.

O ministro e secretario d'estado dos negocios ecclesiasticos e de justiça o tenha assim entendido e faça executar. Paço, em 28 de fevereiro de 1860. —REI.—João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Mártens.

MINISTERIO DAS OBRAS PUBLICAS, COMMERCIO E INDUSTRIA

DIRECÇÃO GERAL DO COMMERCIO E INDUSTRIA

Repartição do commercio e industria

1.ª Secção

Boletim dos preços correntes de fundos publicos, titulos de divida publica sem juro, acções de bancos e de companhias, e do curso dos cambios, na semana de 23 a 28 de abril de 1860

PAPEIS DE CREDITO PUBLICO				ACÇÕES DE BANCOS E DE COMPANHIAS									
Fundos publicos				DESIGNAÇÃO DAS ACÇÕES									
Inscrições de assentamento de 3 por cento, com juro desde o 1.º de janeiro de 1860.....	46	46½		BANCOS.....	(de Portugal (titulos de cinco acções).....	16:000	500:000	todas	500:000	545:000	547:000	2.º semestre de 1859	
Inscrições com coupons, idem idem.....	45	45½				commercial do Porto.....	10:000	200:000	6:687	200:000	255:000	256:000	Idem
Certificados de divida differida.....	32½	33				mercantil portuense.....	7:500	200:000	todas	200:000	250:000	251:000	Idem
Titulos de divida publica sem juro					das lezírias do Tejo e Sado.....	4:000	500:000		500:000	465:000	470:000	Anno de 1859	
Titulos de divida publica (antigos).....	1	2		COMPANHIAS	união mercantil.....	5:000	90:000	3:000	90:000	90:000	—		
Ditos azues.....	1½	2½			de seguros bonança.....	7:840	200:000	todas	12:000	40:000	41:000	Anno de 1859	
Ditos das tres operações.....	12	17			de seguros fidelidade.....	1:344	1:000:000	»	50:000	310:000	316:000	Idem	
Papel-moeda.....	27	29			de seguros segurança do Porto.....	1:000	1:000:000	»	50:000	170:000	172:000	Até 30 de junho de 1859	
CURSO DOS CAMBIOS					de seguros garantia.....	1:000	1:000:000	»	60:000	120:000	130:000	Até 30 de junho de 1858	
PRACAS	PRASO	USO	CAMBIO		de seguros equidade.....	2:000	500:000	»	25:000	25:000	30:000	Anno de 1857	
Londres.....	30 d. v.	Por 1\$000 réis.....	—		de fição e tecidos lisboenses.....	10:000	100:000	5:000	100:000	85:000	90:000	Anno de 1858	
Paris.....	60 d. v.	» » »	—		de fição e tecidos de Torres Novas.....	4:000	100:000	1:998	50:000	68:000	70:000	Anno de 1859	
Hamburgo.....	90 d. v.	» » »	—		de lanifícios do Campo Grande.....	2:400	50:000	1:389	50:000	26:000	28:000	Anno de 1856	
Amsterdã.....	100 d. d.	» tres francos.....	—		lisboense de iluminação a gaz.....	20:000	50:000	16:000	50:000	50:000	51:000	2.º semestre de 1859	
Geneva.....	3 m. d.	» 1\$000 réis.....	—		portuense de iluminação a gaz.....	8:000	50:000	todas	50:000	38:000	40:000	2.º semestre de 1857	
Vienna.....	3 m. d.	» tres liras novas.....	—		idem idem beneficiarias.....	4:000	50:000	»	—	—	—	Idem	
Trieste.....	3 m. d.	» um florim.....	—		combricense de iluminação a gaz.....	4:000	25:000	»	25:000	25:000	—	2.º semestre de 1859	
Napoles.....	3 m. d.	» um florim.....	—		dos canaes de Azambuja.....	1:500	150:000	»	150:000	45:000	50:000	2.º semestre de 1853	
Madrid.....	8 d. v.	» um peso forte.....	—		dos vapores do Tejo.....	3:000	50:000	2:020	50:000	10:000	11:000	Anno de 1855	
Cadiz.....	8 d. v.	» um peso forte.....	—	de carruagens omnibus.....	600	100:000	400	100:000	100:000	102:000	Anno de 1859		
Porto.....	8 d. v.	» um peso forte.....	—	de carruagens lisboenses.....	5:000	100:000	todas	10:000	7:500	8:000	2.º semestre de 1859		
				de papel de Alemquer.....	60	1:000:000	40	1:000:000	1:000:000	—	Idem		
				de algodões de Xabregas.....	750	200:000	todas	200:000	200:000	203:000	Anno de 1859		
				lusitana de navegação a vapor.....	160	550:000	»	550:000	600:000	605:000	2.º semestre de 1859		
				de manutenção civil.....	1:500	100:000	»	100:000	100:000	—	Idem		
				perseverança.....	800	200:000	709	200:000	—	—	Idem		
				de messagerias e malas-postas portuguezas.....	1:600	50:000	1:044	10:000	—	—	Idem		

Casa das sessões da camara dos corretores da praça commercial de Lisboa, em 28 de abril de 1860.—O syndico, Miguel Mac Bride.

Está conforme.—Repartição do commercio e industria, em 30 de abril de 1860.—João Palha de Faria Lacerda.

Boletim dos premios de seguros maritimos effectuados, na semana de 23 a 28 de abril de 1860

PORTOS D'ONDE E PARA ONDE SE CONVECTIONARAM OS SEGUROS		PREMIOS	
PROCEDECENCIAS	DESTINOS	EM NAVIOS DE VELA	EM BARCOS A VAPOR
Graciosa.....	1	por cento	—
Paris.....	1 1/2	» » »	—
S. Miguel.....	3/4	» » »	—
Londra.....	3/4 a 1	» » »	1 1/2 por cento
Porto.....	3/4 a 1	» » »	1/2 por cento
Benguela.....	3/4	» » »	1 por cento
Vienna.....	3/4	» » »	—
Figueira.....	1	» » »	—
Alcortim.....	3/4	» » »	—
Mertola.....	3/4	» » »	—
Sines (sobre effectivo).....	1/2	» » »	—
Villa Real de Santo Antonio.....	3/4	» » »	—
Antuaria.....	3/4	» » »	1/2 por cento
Cork; a ordem para um porto até Crons-tadt.....	1 1/2	» » »	—
Liverpool.....	1 1/2	» » »	1/2 por cento
S. Nazaire.....	1	» » »	1/2 » » »
Nantes.....	1	» » »	—
Pomeroy.....	3/4	» » »	—
Mirambach.....	1	» » »	—
Quebec.....	1	» » »	—
Rio de Janeiro.....	7/8 a 1	» » »	—
Lisboa, por Moçambique.....	2 1/2	» » »	—
Pernambuco.....	1	» » »	—
Lisboa.....	1	» » »	—
Inglaterra.....	1	» » »	—

Casa das sessões da camara dos corretores da praça commercial de Lisboa, em 28 de abril de 1860.

—O syndico, Miguel Mac Bride.

Está conforme.—Repartição do commercio e industria, em 30 de abril de 1860.—João Palha de Faria Lacerda.

SECRETARIA DA CAMARA DOS DIGNOS PARES DO REINO

A proxima sessão terá lugar amanhã 1 de maio, sendo a ordem do dia a discussão na especialidade do parecer n.º 8 sobre o projecto de lei n.º 9.

Secretaria da camara dos dignos pares do reino, em 30 de abril de 1860.—Diogo Augusto de Castro Constancio.

EDITAES

O conselho de saude publica do reino faz saber que são considerados limpos de cholera morbus os portos dos estados da India.

Lisboa, 27 de abril de 1860.

O conselho de saude publica do reino faz saber que são consideradas limpas as procedencias de Gambia.

Lisboa, 30 de abril de 1860.—O fiscal, Dr. Marcelino Craveiro da Silva.

DIRECÇÃO GERAL DOS TELEGRAPHOS DO REINO

Por esta direcção se annuncia que do dia 30 do corrente mez em diante se achará aberta para a recepção e transmissão do serviço official, e annuncios dos particulares, tanto nacionaes como estrangeiros, a estação telegraphica de Bragança.

Direcção geral dos telegraphos, em 29 de abril de 1860.—O director geral, José Bernardo da Silva.

SANTA CASA DA MISERICORDIA DE LISBOA

A mesa da santa casa da misericordia d'esta corte manda annunciar que a thesauraria da mesma santa

casa continua a venda, desde as nove horas da manhã até ás tres da tarde, de um resto de bilhetes da actual loteria extraordinaria, que ficaram do dia 28 do corrente.

Contadoria da misericordia de Lisboa, 30 de abril de 1860.—O official maior, Antonio Izidoro de Almeida.

ADMINISTRAÇÃO CENTRAL DO CORREIO DE LISBOA

Pela administração central do correio de Lisboa se faz publico que sairá a 2 de maio, para Saint Nazaire, o vapor francez Bretagne.

A correspondencia será lançada na caixa geral até ás 11 horas, e na da estação postal do Terreiro do Paço até ás 11 horas e meia da manhã do dito dia.

Administração central do correio de Lisboa, 30 de abril de 1860.—O administrador, Luiz José Botelho Seabra.

CARTAS E JORNAES RETIDOS POR FALTA DE SELLOS

Para Lisboa

Agostinho Alvaro Pereira Pinto, Antonio Esteves de Carvalho, Augusto Leite de Castro, Anna Lucia da Conceição Fernandes—Camara municipal, Caetano Ignacio da Silva—Domingos José Ferreira Pinto Basto, Duqueza da Terceira—Gabriel da Silva—João de Deus Antunes Pinto, João Madeira, João de Mattos Pinto, João de Portugal, José Duarte Carvalho, José Henriques do Rego, José da Silva, Josefa da Silva—Manuel Coelho Bastos, Manuel José Guedes Horta e Silva, Marquez de Penalva, Marquez de Vallada, Martins, Maria das Dores, Maria Magdalena, Maria da Piedade, Maria Rodrigues—Redactor do Jornal do Commercio—Simões (sr.).

PARTE NÃO OFFICIAL

CORTES

CAMARA DOS SENHORES DEPUTADOS

SESSÃO DE 30 DE ABRIL

PRESIDENCIA DO EX.º SR. BARTHOLOMEU DOS MARTYRES

Sendo um quarto depois do meio dia, verifica-se, pela chamada, estarem presentes 75 srs. deputados. O sr. Presidente:—declara aberta a sessão.

Acta approvada.

Mandam-se lançar na acta as seguintes declarações:

1.ª Do sr. Mello de Gouveia, participando que por doente não pôde comparecer á sessão de hoje, e talvez a mais algumas.—Inteirada.

2.ª Do sr. Barroso, de que não compareceu a algumas sessões da semana passada por incommodo de saude.—Inteirada.

3.ª Do sr. Almeida Pessanha, de que o sr. Afonso Botelho não pôde comparecer á sessão de hoje por justos motivos.—Inteirada.

4.ª Do mesmo sr. deputado, de que por motivo de molestia não pôde assistir ás sessões de 24, 25 e 26 do corrente.—Inteirada.

5.ª Do sr. Freitas Soares, de que o sr. Figueiredo de Faria não pôde comparecer á sessão de hoje, nem a mais algumas pelo motivo doloroso do fallecimento de seu pae.—Inteirada, e manda-se desanojar.

6.ª Do sr. Frederico de Mello, de que o sr. Aragão Mascarenhas continua a faltar ás sessões por incommodo de saude.—Inteirada.

7.ª Do sr. Pereira de Carvalho de Abreu, de que esteve presente á chamada nas sessões de 25 e 26 do corrente.—Inteirada.

8.ª Do sr. Filipe Folque, de que não compareceu nas ultimas sessões da camara por incommodo de saude.—Inteirada.

CORRESPONDENCIA

1.º Um officio do ministerio da guerra, devolvendo, com as informações que lhe foram pedidas, o requerimento de Joaquim Antonio Esteves Vaz, major graduado do batalhão de engenheiros.—A commissão de guerra.

2.º Do mesmo ministerio, devolvendo, com as informações que lhe foram pedidas, o requerimento do tenente coronel addido á Torre de S. Vicente de Belem, Antonio Joaquim Pascoalinho.—A mesma commissão.

3.º Uma representação do continuo e porteiro da bibliotheca da universidade de Coimbra, pedindo augmento de vencimento.—A commissão de fazenda, ouvida a de instrução publica.

4.º De 111 habitantes da cidade de Braga, contra a desamortização dos bens das religiosas, e pedindo a revogação dos decretos de 5 e 9 de agosto de 1833, e 9 de janeiro de 1837, na parte que lhes correspondem.—A commissão de fazenda.

5.ª De 2:601 habitantes do concelho de Braga, contra as medidas financeiras apresentadas pelo governo.—A commissão de fazenda.

6.ª De 93 cidadãos do concelho de Villa Velha de Rodão, no mesmo sentido que a antecedente.—A mesma commissão.

7.ª Da camara municipal de Odemira, no mes-

mo sentido que as antecedentes.—A mesma commissão.

8.ª Dos proprietarios do concelho de Celorico do Basto, pedindo que não se altere a directriz, marcada no contrato Langlois, para a estrada que deve ligar a provincia do Minho com a de Trás os Montes.—A commissão de obras publicas.

9.ª Da camara municipal e habitantes do concelho de Lobos, pedindo que se não approve qualquer medida legislativa, que tenha por fim a introdução de vinhos de Portugal na ilha da Madeira.—A commissão de vinhos.

10.ª Da camara municipal de Fornos de Algodres, pedindo que o seu concelho seja elevado á categoria de comarca.—A commissão de estatistica.

11.ª Dos escrivães e tabellães do juizo ordinario do julgador de Sabrosa, pedindo serem collocados em logares identicos, quando sejam extinctos os juizes ordinarios.—A commissão de legislação.

12.ª Da commissão de recenseamento do concelho de Sabrosa, expondo as duvidas que se lhe offerecem na execução das leis que regulam o mesmo recenseamento.—A commissão de administração publica.

13.ª Da associação commercial da Figueira da Foz, pedindo a abolição do direito do pescado.—A commissão de pescarias.

14.ª Dos donos dos barcos e armações de pescarias, e dos pescadores da villa do Barreiro, pedindo que se lhes concedam as avarças estabelecidas pela lei, do pagamento dos direitos do pescado.—A mesma commissão.

15.ª Dos habitantes do concelho de Marvão

Sala das sessões dos srs. deputados, 26 de abril de 1890. — José da Encarnação Coelho, deputado por Figueiró dos Vinhos.

São remetidos ao governo.
Tem segunda leitura o seguinte requerimento:
«Requeiro que o contrato Langlois seja enviado à comissão de legislação para sobre elle dar o seu parecer.» — *Ferraz de Miranda.*

É admittido à discussão.
O sr. *Ferraz de Miranda* — quando apresentou o seu requerimento deu as razões que para isso tinha, e nunca foi sua intenção que o contrato Langlois fosse adiado, porque foi o primeiro a declarar que unia os seus votos aos dos illustres deputados que haviam pedido que a comissão de obras publicas desse quanto antes o seu parecer.

A razão porque entendo que este contrato deve ir à comissão de legislação, é porque, segundo o relatório do sr. ministro das obras publicas, houve no concurso exclusão de dois cavalheiros, dando-se como razão que não tinham concorrido dentro do prazo marcado. Esses cavalheiros reclamaram contra essa decisão; foi ouvido o procurador geral da coroa, que foi de opinião que, segundo a nossa legislação, a maneira de contar o prazo devia ser incluindo o dia a quo; por consequência entendo que a comissão de legislação deve ser ouvida sobre este assumpto.

O sr. *Mousinho de Albuquerque* — não entra na análise do contrato, porque lhe parece que a camara não está toda ao facto d'elle, porque ainda não foi impresso nem distribuido, mas entende que o requerimento do illustre deputado vem inteiramente fora de tempo; quando o parecer vier à discussão, é então occasião da camara julgar se devem ser ouvidas outras comissões; mas no momento actual não pôde ser admittido.

O sr. *D. Rodrigo de Menezes* — se o auctor do requerimento tem desejo de andar depressa, também elle o tem, e mesmo porque os negocios publicos já vão demorados de mais; pois que achando-se a camara aberta ha tres mezes ainda não pôde concluir a maior parte dos negocios de alta importancia que lhe estão affectos. Entendo que o requerimento do illustre deputado só pôde ser apreciado depois que as comissões de obras publicas e fazenda deem o seu parecer, e por isso vota contra elle não só por ser inutil, mas por ser quasi uma offensa ás duas comissões.

O sr. *Xavier da Silva* — entende que não ha inconveniente em que seja ouvida a comissão de legislação, como pede o illustre deputado, visto que ha uma questão de prazo a respeito d'este contrato.

Entendo que ha mais consideração com as comissões de obras publicas e fazenda, determinar a camara que antes d'ellas deem o seu parecer seja ouvida tambem a comissão de legislação, visto que ha uma parte de interpretação de lei, do que depois de virem esses trabalhos; por consequência vota pela proposta.

O sr. *Monteiro Castello Branco* — não combate nem defende a proposta; mas entende que, desde o momento em que se suscita uma questão de direito, deve ser ouvida a comissão de legislação; no entretanto decide a camara ou afirmativa ou negativamente, e-lhe isso indifferente, o que deseja é que o contrato Langlois venha quanto antes à discussão, porque, alem das muitas estradas que comprehendem, ha uma que diz respeito à provincia da Beira Alta, que é a que menos beneficios tem recebido quanto à viação publica, e por isso convem resolver este projecto.

O sr. *Mousinho de Albuquerque* — o illustre auctor do requerimento pede que seja ouvida tambem a comissão de legislação por causa da questão dos prazos, porém elle como relator d'este negocio, tendo-o estudado, achou que o parecer do procurador da coroa é de que a questão dos prazos é muito secundaria, e sendo esse o motivo por que o illustre deputado fez o requerimento, entendo que por agora é inopportuno.

O sr. *Carvalho de Abreu* — parece-lhe um caso novo na camara que uma questão d'esta ordem seja tambem remetida à comissão de legislação; os contratos sobre estradas têm sido sempre enviados ás comissões de obras publicas e fazenda, e havendo uma grande urgencia em se discutir o contrato Langlois, entendo que se não pôde aceitar a proposta do illustre deputado.

O sr. *Silva Cunha* — entende que não vale a pena discutir sobre este objecto; entretanto parece-lhe inopportuno mandar ouvir por em quanto a comissão de legislação. Se, depois da apresentação do parecer das comissões de obras publicas e fazenda, a camara julgar que não tem dados suficientes para entrar na sua discussão, é n'essa occasião que deve mandar ouvir a comissão de legislação.

O sr. *Nogueira Soares* — combate a proposta do sr. Ferraz de Miranda, porque entende que se tal precedente passasse, podia dar-se o caso de não ser possível chegar a resolver-se mais proposta ou projecto de lei algum, que fosse apresentado na camara. Se a camara approvasse este requerimento, não podia depois negar o seu voto a todos que se apresentassem para que a comissão de legislação fosse ouvida sobre quantas propostas e projectos viessem à camara. Trata-se de uma questão de direito, mas o direito divide-se em muitos ramos: ha direito relativo a obras publicas, ha legislação relativa a negocios de marinha, a negocios militares, á agricultura, ao ultramar, e cada uma das comissões da casa está encarregada da parte do direito que especialmente lhe pertence. A comissão de legislação é unicamente encarregada de tratar dos negocios puramente de legislação civil, criminal e commercial; os negocios de obras publicas são tratados pela comissão das obras publicas, na parte que lhe é relativa, e pela comissão de fazenda na parte que diz respeito aos meios pecuniarios para essas obras. (apoiados). Alem d'isto na comissão de obras publicas está mais de um jurista que pôde dar a sua opinião sobre a questão de direito; e por fim, tendo o negocio de ser discutido na camara, todos os seus membros, n'essa occasião, podem expor as suas opiniões e votar como entenderem, estando n'este caso a comissão de legislação.

Não tratando, pois, do contrato Langlois, que não está em discussão, e a respeito do qual nem sabe ainda como ha de votar, por que o não estudou, vota contra o requerimento do sr. deputado.

O sr. *Visconde de Pindalla* — não se trata de discutir agora o contrato Langlois, mas se é ou não opportuno o requerimento do sr. Ferraz de Miranda, para sobre o mesmo contrato ser ouvida a comissão de legislação. Com quanto tenha muito a peito o andamento d'este negocio, não lhe parece que possa ser agora approvado por a camara este requerimento, que está exactamente nas mesmas circumstancias de outro que se apresentou por occasião da discussão do projecto sobre as aguardentes. Então entendeu-se que na comissão das pautas havia quem zelasse os direitos e interesses da agricultura, e que na discussão geral todos os srs. deputados podiam emitir a sua opinião, sendo por isso rejeitado aquelle requerimento para serem ouvidas as comissões de agricultura e a de vinhos. Ora se se entende que a comissão de pautas, composta de oito membros era competente para, só por si, tratar o negocio das aguardentes, parece que as duas comissões de fazenda e obras publicas, compostas de dezesseis membros, estão bem no caso para tratarem do projecto Langlois, tendo como mais illustres juristas entre si; e por isso parece-lhe

que se não deve approvare agora a proposta do sr. deputado, que só pôde e deve ser apreciada quando o parecer for enviado para a mesa; nem a camara pôde votar de outra sorte, á vista das suas anteriores votações. Vota portanto contra a proposta do illustre deputado.

O sr. *Teixeira de Sampaio* — pede que se julgue a materia discutida.

Assim se resolve, e posto á votação o requerimento do sr. Ferraz de Miranda, é rejeitado.

O sr. *Presidente* — na penultima sessão o sr. Silva Cabral mandou para a mesa algumas representações das quaes se deu hoje conta á camara, e que versam contra as medidas financeiras apresentadas pelo governo, e o sr. deputado requereu que fossem impressas no *Diário de Lisboa*, n'este sentido consultava a camara.

É rejeitada a impressão.

ORDEN DO DIA

O sr. *Presidente* — devia continuar-se na discussão do projecto n.º 18, como porém não está presente o sr. ministro das obras publicas, ignora se algum dos seus collegas presentes estará habilitado para responder por aquelle sr. ministro.

O sr. *Ministro da fazenda* (Casal Ribeiro) — responderemos até onde podermos, mas o sr. ministro das obras publicas não se pôde demorar.

O sr. *Presidente* — continua então a discussão do artigo 1.º do projecto n.º 18.

O sr. *Pulido* (sobre a ordem) — na sessão passada o sr. Lobo d'Avila louvou, com applausos da camara, o offerecimento de meios, feito pelas juntas geraes dos districtos de Evora e Beja, para se obter quanto antes a construção da linha ferrea das Vendas Novas a Evora e Beja. N'este offerecimento a camara não deve ver unicamente uma manifestação patriótica da parte d'aquelles povos para a realisação de um grande melhoramento material, mas tambem uma prova inequivoca de que aquelles povos desejam que quanto antes se realice esta obra.

Aquella provincia do Alemtejo, ha muito esquecida pelo governo, não tem sido dotada de obra nenhuma que possa coadjuvar a sua industria, principalmente a agricola; e para ver a realisação d'este grande melhoramento que se lhe promete, não duvida, ainda que lhe seja muito oneroso, e á custa de grandes sacrificios, contribuir com as avultadas quantias que a camara sabe para a prompta realisação d'este melhoramento.

O sr. *Xavier da Silva* foi menos exacto quando disse, que aquellas juntas geraes fizeram aquelles offerecimentos antes de terem conhecimento das propostas apresentadas á camara pelo sr. ministro da fazenda, e que talvez hoje, que estão sciendes dos novos onus de que os povos estão ameaçados, em virtude das propostas de fazenda, ellas não estejam dispostas a confirmar essas propostas. Pôde dizer ao sr. deputado que os povos das provincias do sul conhecem perfeitamente, que não é possível conseguir aquelles melhoramentos sem que o paiz corra com os meios indispensaveis para a realisação d'elles; e por isso julga poder asseverar que a resolução tomada pelas juntas geraes dos districtos de Evora e Beja ainda subsisttem com todo o seu valor e força.

Os caminhos de ferro podem ser encarados de duas maneiras com respeito á sua utilidade: ou são o resultado da prosperidade de um paiz que abunda em produção e tem um commercio activo e florente, precisando de vias de comunicação para realisar a saída dos seus productos, ou pôde ser o meio de desenvolver a riqueza de um paiz, quando este paiz tem que lutar com grandes obstáculos, sendo o principal a falta de comunicações. No primeiro caso os caminhos de ferro são o resultado da abundancia, no segundo são meios de fomentar a riqueza publica. No primeiro caso, pôde e deve ser um grande negocio para a empresa que se encarregar d'essa construção, porque da facilidade dos grandes transportes deve essa companhia tirar grandes lucros, isto é, um grande juro do capital que empregou; no segundo caso, é mais difficil a formação de qualquer companhia, porque os capitães que se empregam n'essa construção não produzem tão cedo os meios necessarios que garantam o juro do capital empregado; no primeiro caso semelha-se para se colher immediatamente, no segundo, anticipa-se um capital, cujos rendimentos são muito eventuaes.

O caminho que se projecta fazer em continuação ao que existe hoje até ás Vendas Novas, é uma empresa de grande utilidade para aquella provincia, não sómente como meio de desenvolver a sua riqueza, mas ao mesmo tempo de facilitar a circulação dos seus productos actuaes, que são já de tanta consideração, que está convencido de que a empresa auferirá d'este contrato grande vantagem.

O sr. *Presidente* — observa ao sr. deputado que pediu a palavra sobre a ordem.

O *Orador* — como tem a palavra sobre a materia, reserva-se para n'essa occasião desenvolver as considerações que tem a apresentar, limitando-se por agora a mandar para a mesa a seguinte proposta: «Pego que a camara recomende ao governo que os trabalhos de aterros, movimento de terras e obras de arte para a construção do caminho de ferro das Vendas Novas a Evora e Beja, comecem simultaneamente nas duas extremidades da linha, em Vendas Novas e Beja.» — *Pulido.*

É admittida á discussão.

O sr. *Infante Pessanha* — manda para a mesa uma proposta, e acrescenta que em presença das disposições que com prazer observava na camara, nem o assumpto que se discutia carecia do seu fraco, mas decidido auxilio, nem a camara pela sua illustração necessitava das suas reflexões para se esclarecer; se tomava a palavra, era porque a especialidade da sua posição lhe não permitia ficar silencioso quando se discutia um negocio porque tanto tem pugnado, e porque tantos esforços tem feito na convicção de que elle é de um interesse vital para o districto que tem a honra de representar, e para toda a provincia do Alemtejo.

A sua proposta tem por fim dar aos povos do districto de Beja mais uma garantia da construção do caminho para aquella cidade, e ao mesmo tempo firmar e corroborar a disposição do § 1.º do artigo 1.º do contrato, que estabelece a bifurcação para Evora e Beja.

Já apresentou na camara diferentes representações de algumas municipalidades do districto de Beja, pedindo a approvação do contrato naquella parte; que o pedido era de tal sorte justo, que elle orador, esperava que seria attendido pela camara, que sobre as ponderosas razões para assim decidir, daria um testemunho que poderá ser de um proveitoso estimulo, de uma justa e bem entendida deferencia para com o districto que tomou a civilisadora iniciativa de offerecer uma forte subvencção, e alem d'isto as expropriações gratuitas.

Que em vez da via directa para Beja, ouviu a um sr. deputado fazer a indicação da preferencia da directriz para Evora; não se convencerá porém das vantagens d'esta alteração no contrato. Segundo os estudos feitos, o caminho deve bifurcar adiante de S. Thiago do Escorial, que d'este ponto a Beja a linha deve ter 63 kilometros de extensão, numero igual da que haveria a construir de Evora para aquella cidade, se essa fosse a directriz, os mesmos estudos porém não são d'igual extensão, mas a mesma despesa por kilometro: não lhe parecia portanto que a bifurcação trouxesse maior encargo para o thesouro publico, como fôr dito, nem por conse-

guinte razões de economia favoreciam aquella indicação.

Quanto ao argumento fundado na conveniencia de ligar directamente aquellas duas povoações importantes da provincia, dirá que poucas ou nenhuma relações commerciaes existem entre aquelles dois pontos, nem julga que possam augmentar, porque ambas tem os mesmos productos, uma não pôde por isso ser o mercado da outra. A necessidade do caminho de ferro não é para ligar aquellas duas cidades entre si, é sim para ligar aquelles dois grandes focos de produção com o grande centro do consumo que é a capital; é entre Beja e Lisboa que se hão de activar muito as relações commerciaes, é entre estes dois pontos que se ha de estabelecer um grande movimento de exportação e importação.

Parce-lhe, pois, incontestavel que a directriz que deve ser preferida, é a que for mais curta entre estes dois pontos, e consequentemente a que foi adoptada no contrato. Quando diz que devia ser adoptada a mais curta, não é pela consideração do tempo que se gasta em percorrer mais alguns kilometros, que pouca importancia isso tem na viação accelerada, mas é porque fazendo a linha uma curva de 24 kilometros, que tanto é a distancia de Evora a S. Thiago do Escorial, é evidente que sendo preferida a directriz por Evora, os productos, os cereaes, e todos os generos que o districto de Beja exportar para Lisboa, serão sobrecarregados com a despesa do transporte correspondente áquella extensão de 24 kilometros, quando é certo que d'ahi não resulta conveniencia alguma para o serviço publico, nem economia para o thesouro, como lhe parece ter já demonstrado.

A insistencia da directriz por Evora, como alguns povos d'aquello districto tem representado, mas que nenhuma consideração abona, poderá parecer a algum um capricho, um desejo, como já tem ouvido, de constituir Beja n'uma certa dependencia de Evora; tal razão porém, se não dá, e elle orador está seguro que os habitantes de Evora, cujas elevadas aspirações conhece não têm tal mesquinha pretensão ainda mesmo que ella podesse ter logar. Fallava d'isto, não para avivar, mas para desviar tão infundada apprehensão.

O sr. deputado Xavier da Silva combatu a opportuidade do projecto, com o fundamento de que o estado não podia na actualidade com mais encargos, ao que o nobre ministro das obras publicas responderia satisfactoriamente; de facto, dotar uma provincia tão importante como o Alemtejo com um melhoramento d'aquella ordem, para que se pede ao estado uma somma na sua totalidade, pouco mais ou menos igual á que annualmente se costuma empregar na construção das estradas ordinarias do paiz, não lhe parece que seja fundamento bastante para impugnar o projecto. Se os caminhos de ferro justificavam os sacrificios pedidos ao paiz, este que é pequeno, não se pôde negar. Ainda ha pouco, disse o mesmo illustre deputado, percorrendo a linha ferrea do Barreiro ás Vendas Novas, não vira senão um deserto inculco. D'esta circumstancia, d'onde o illustre deputado tirou um argumento contra o projecto, elle orador, tira-o a favor, porque entende que o meio de fazer desaparecer esse triste quadro que se apresenta é fazer-se o caminho, porque está certo que elle ha de trazer população e cultura para o que hoje é deserto e inculco.

É aqui occasião de dizer que os caminhos de ferro, como muito bem diz um illustre escriptor hespanhol, ou são consequencia da riqueza e prosperidade das nações, como succede n'aquellas onde ha grande população e industria, que reclama por isso aquelle meio de facil e prompto transporte, ou são causa do desenvolvimento da riqueza e prosperidade publica, cujos elementos, carecem d'aquello auxilio para tomar maior incremento e actividade. N'este ultimo caso estavam os nossos caminhos de ferro, e com especialidade o do sul.

A provincia do Alemtejo está effectivamente muito despozada, e n'uma grande parte acha-se inculca; mas é por isso que deseja, alem de outras providencias, como por exemplo á desvinculação, de que agora não trata, que para ali se contrua o caminho de ferro, porque este melhoramento ha de alisar grandes e maravilhosas transformações. Se não é útil um caminho de ferro para uma provincia onde ha para explorar e desenvolver tantos elementos de riqueza, então aquelle maravilhoso invento do nosso seculo não tem a importancia que se lhe attribue.

O sr. *Arrobas* combatu o projecto com o mesmo fundamento, e fallando da conveniencia de empregar os fundos do thesouro em despesas productivas, disse que votava contra o projecto, a que chamou de interesse puramente local, não sendo justo por tanto que todo o paiz pagasse para elle.

Respondendo ligeiramente, dirá que o illustre deputado era muito illustrado para não conhecer que a despesa do caminho de ferro para uma provincia que se acha nas condições de que já fallára, e que ha de trazer o desenvolvimento da industria n'uma grande escala, não é uma despesa improductiva.

O outro argumento do sr. deputado, se alguma coisa provasse, provaria de mais, porque se poderia applicar para todos os caminhos de ferro, o que de certo não quer o illustre deputado.

A verdade é que o caminho de ferro para o Alemtejo não é de puro interesse local: é aquella provincia a quem immediatamente aproveita; mas este beneficio que desde logo aproveita tambem ao Algarve, ha de necessariamente reflectir sobre todo o paiz, o que seria inutil demonstrar.

Manda pois para a mesa a sua proposta, como uma recommendação, visto que não podia torna-la preceptiva.

«Proporho que a camara recomende ao governo que, na construção do caminho de ferro para Evora e Beja, exija da companhia que, logo que os trabalhos cheguem ao ponto onde deve fazer-se a bifurcação, progredam n'aquellas duas direcções com igual actividade e desenvolvimento.» — *Infante Pessanha.*

É admittida á discussão.

O sr. *Ministro das obras publicas* (Antonio de Serpa) — desceando o governo dar um testemunho de reconhecimento dos grandes serviços feitos á patria pelo nobre marechal duque da Terceira, decidiu decretar uma pensão á sua viuva a sr.ª duquesa da Terceira. Tem pois a honra de apresentar á camara a proposta de lei que approva o decreto.

Esta proposta podia vir acompanhada de um longo relatório, em que se enumerassem os serviços do nobre marechal; mas n'este momento o nome do duque da Terceira e a saudade de nós todos, são mais que tudo o que se podesse dizer (muitos apoiados).

O sr. *Dias de Azevedo* — se a carta constitucional não prohibisse o votar-se desde já por acclamação a proposta que acaba de ser lida, requereria que assim se procedesse, mas prohibindo-o, requer que immediatamente se mande a proposta de lei á comissão respectiva, e que esta hoje mesmo apresente o seu parecer.

O sr. *José Esteves* — tinha pedido a palavra para fazer uma moção á camara, e mal pensava que ella tivesse de ser atravessada por uma questão de direito! cede pois da palavra. Entendia que não ha principio algum, nem precedente que podesse privar a camara de, em acto espontaneo e repentino, votar a pensão que acaba de ser proposta; e era esta a moção que tinha tencção de fazer... (Vozes: — Faça, faça.) — O sr. *Dias de Azevedo* — não podemos faltar á carta.) O caso é tão solemne, diz o ora-

dor, tão alheio a dissertações, que pedia ao sr. deputado, que por esta vez somente nos dispensasse de entrar n'uma questão de direito, no meio das circumstancias actuaes. Não obstante isto ou pego á assembléa que vote esta pensão por acclamação, e a v. ex.ª que a proponha (muitos apoiados).

O sr. *Presidente* — ha duas propostas. Uma para que se mande com urgencia a proposta de lei á comissão de fazenda, para dar o seu parecer; e outra para que a camara a vote por acclamação.

(Vozes: — não pôde ser — a camara é que o ha de decidir.)

O sr. *José Esteves* — retira a sua moção, porque moções d'estas não se fazem nem se votam senão quando podem reunir a si todos os votos, e uma vez que haja uma só voz fundada sobre que for, um escripto juridico, por exemplo, é bastante para se decidir d'este proposito, e pela sua sua parte declara formalmente que retira a moção que fez.

Consultada a camara sobre se permite que o sr. deputado retire a sua proposta, decide affirmativamente.

O sr. *Presidente* — a outra proposta é para que, dispensado o regimento, se mande á comissão de fazenda a proposta de lei, para que dê hoje mesmo o seu parecer.

Decide-se n'esta conformidade.

O sr. *Sá Vargas* — requer que a sessão se declare permanente até que este negocio seja resolvido.

O sr. *Avila* — declara e parece-lhe que interpreta exactamente o sentimento de todos os membros da comissão de fazenda, que a comissão vae desde já occupar-se de dar o seu parecer sobre a proposta de lei, e espera apresentá-lo dentro de poucos minutos, porque não carece senão do tempo necessario para o redigir.

Decide-se que a sessão se não levante sem ser resolvido este assumpto.

O sr. *Presidente* — segundo o regimento não pôde os membros das comissões ausentar-se da camara quando ella funciona; mas tendo a camara dispensado o regimento n'esta parte, e tendo a palavra sobre a materia que se discute na ordem do dia alguns dos membros da comissão de fazenda, propõe á camara se quer que se interrompa a sessão até que a comissão de fazenda apresente o seu parecer.

Consultada a camara decide affirmativamente.

O sr. *Presidente* — declara a sessão interrompida. Eran duas horas menos cinco minutos da tarde. Vinte minutos depois continua a sessão.

O sr. *Avila* — lê e manda para a mesa o seguinte parecer:

Senhores. — A comissão de fazenda interpretando fielmente os votos unanimes da camara, e lisonjeando-se de que o paiz a acompanha no sentimento de profunda gratidão pelos extraordinarios e muito relevantes serviços prestados á patria e á liberdade pelo marechal duque da Terceira, é de parecer que a proposta do governo para a approvação da pensão de 4:400\$000 réis, concedida por decreto da data de hoje á duquesa, viuva do mesmo marechal, deve ser approvada nos termos da referida proposta, e convertida no seguinte projecto de lei:

Artigo 1.º — É approvado o decreto de 30 de abril de 1860, que, em remuneração dos valiosos e relevantes serviços feitos á patria pelo marechal do exercito, duque da Terceira, concede á duquesa da Terceira, sua viuva, a pensão annual e vitalicia de 4:400\$000 réis.

Art. 2.º — O vencimento da pensão, de que trata a presente lei, começará desde a data do decreto que a concede.

Art. 3.º — Fica revogada a legislação em contrario. Sala da comissão, em 30 de abril de 1890. — *Antonio José d'Avila*, presidente — *Augusto Xavier Palmelrin* — *Francisco J. da Costa Lobo* — *Augusto Xavier da Silva* — *Rodrigo Nogueira Soares* — *A. R. Sampaio* — *Justino Antonio do Freitas* — *Carlos Cyrillo Machado* — *Joaquim Gonçalves Mamede* — *Thomás de Carvalho*.

O sr. *Correia Caldeira* — requer ao sr. presidente que consulte a camara se em harmonia com as suas resoluções anteriores sobre este assumpto, quer, como suppõe, que, dispensando-se o regimento entre desde já em discussão o projecto de lei que acaba de ser lido.

Consultada a camara, resolve affirmativamente.

Vozes: — votos, votos.

Posto á votação é approvado.

O sr. *Mello Soares* — é preciso que se declare que foi approvado unanimemente.

O sr. *Freitas Soares* — unanimemente não, porque elle votou contra, e não se envergonha de o dizer.

O sr. *Correia Caldeira* — pede que com a possivel brevidade seja expedido para a camara dos dignos pares, que tem hoje sessão.

O sr. *Mamede* — diz que já estão dadas as ordens n'este sentido.

O sr. *Presidente* — continua a discussão sobre a materia do artigo 1.º do projecto de lei n.º 18.

O sr. *Antonio de Carvalho* — com quanto alguns illustres deputados tenham tomado parte na discussão do projecto, e outros tenham mandado propostas para alteração de artigos, contudo, como relator das comissões reunidas de fazenda e obras publicas, ponco tem a dizer, visto que o contrato ainda não foi atacado.

O sr. Lobo d'Avila declarou que approvava o contrato, e propoz apenas a eliminação do § unico do artigo 70.º, o qual diz que esse, ao tempo da approvação do contrato pelas cortes, o estado do mercado monetario da Europa for tal que torne difficil a formação de uma companhia para a execução da empresa, poderá o governo prorogar o prazo para a execução das obras querendo fazer ver que este § tinha sido apresentado para salvar o concessionario da perda da caução que lhe é imposta pelo artigo 58.º do contrato.

A comissão e o governo conservando este § do artigo, tiveram outra causa em vista e foi deixar ao governo a prudente faculdade de espagar o prazo para a execução das obras, quando o estado do mercado monetario da Europa torne eventualmente difficil a formação da companhia.

Mas recia-se que da prorrogação do prazo venha a demora da execução do contrato: n'esse caso, não sendo conveniente alterar um artigo de um contrato, sem serem ouvidas ambas as partes, o que se pôde fazer é aceitar a declaração do sr. ministro de caso que a prorrogação fosse necessaria, limitá-la a um prazo curto. Parece-lhe que assim se satisfaz a exigencia do illustre deputado, sem se alterar o contrato, e não ha razão nenhuma para deixar de ficar este artigo. É verdade que isto é uma questão de confiança, e o illustre deputado pôde tê-la ou deixar de a ter; mas para aquelles que têm confiança no governo, parece-lhe que a declaração do sr. ministro satisfaz.

A camara não está disposta a ouvir grandes discursos, e por isso limita-se a estas pequenas observações, concluindo por declarar á camara que as comissões são de voto que o artigo deve ficar como está.

O sr. *Xavier da Silva* — não é possível por mais esforços que se façam entrar de animo socogados nas questões que actualmente se agitam, porque as affecções moraes, que occupam os animos portuguezes, não deixam os membros da camara em perfeito estado de resolver.

Não traz para aqui a questão politica, e era talvez occasião de se trazer, porque não sabe como

um contrato feito com o executivo se possa discutir na presença de uma administração interina, por isso que estamos em uma crise ministerial.

Não quer deixar passar este aresto, e se bem que se submete á resolução da camara, continuando a esta discussão, entende contudo, que a camara antes de continuar no exame d'este negocio, devia occupar-se de conhecer o estado da crise politica; e ainda que o governo seja responsavel pelos seus actos, desde o momento em que desapareceu o presidente do conselho, o chefe do pensamento do governo, não sabe como se possa dizer que haja governo sem haver esse chefe.

Ha ministros para dirigir os negocios de expediente, mas não ha governo, e os srs. ministros deviam-se ter apressado a informar a camara sobre o que havia acerca da organização ou reconstrução ministerial, e não deixar passar isto, como se estivessemos n'um estado normal.

Deixando porém esta questão, que a camara avaliará, vae entrar no assumpto.

Não pôde approvare este contrato. Pediu o adiamento da sua discussão, que foi impugnado pelo sr. ministro das obras publicas, e rejeitado pela camara; mas a camara e o sr. ministro devem ter reconhecido que o adiamento proposto por elle, orador, era mais razoavel, que o adiamento que está dentro do contrato approvado pelo mesmo sr. ministro.

Qual era a razão principal porque pediu o adiamento? Porque entende e está cada vez mais firme n'esta convicção, que não é estar a occasião de tratar d'este assumpto, porque já passou n'esta camara, e está pendente da outra, um contrato de grande importancia, um contrato que importa, como já disse, conjuntamente com outras medidas que estão propostas, a necessidade de um augmento de receita acima de 1,000,000\$000 réis por anno; e entende em sua consciencia que o paiz não está em circumstancias de contribuir repentinamente com tanto imposto como se lhe quer exigir; e não é occasião competente, porque o unico meio que temos para fazer esta obra é o mesmo que se apresentou para a obra do contrato Salamanca, a emissão de títulos; e tem para si, que os governos tem obrigação não só de avaliarem as condições dos contratos para os tornarem menos pesados ao paiz, mas de avaliarem a occasião em que têm de fazer essas emissões, para que a obra não seja mais cara e o imposto mais gravoso.

Entendem os srs. ministros que no estado em que se acham os titulos de divida publica, é esta a occasião de agravar todos os dias a sua emissão? Não lhes servirá de lição o que acontece aqui, e o que tem acontecido em outros paizes mais bem governados de que o nosso?

Um illustre deputado que ha pouco acabou de fallar, disse que elle, orador, tinha feito uma injustiça aos povos de Beja e Evora. Muitas vezes, disse o orador, enganamo-nos, querendo defender os interesses dos nossos constituintes, e o illustre deputado parece-me que caiu n'este erro.

Os povos de Beja desejam a continuação do caminho de ferro, e os povos de Evora do mesmo modo, e ninguém duvida de que isto não seja um grande melhoramento para aquellas provincias. Estes povos declararam que se compromettem a concorrer para a ajuda d'essas obras, e enão havia dito que não sabia se esses povos tinham conhecimento de que sobre elles ia recair outro imposto.

O illustre deputado a quem se refere argumentou por suposição, e elle, orador, argumenta com factos. O illustre deputado julga que os povos de Beja estão satisfeitos com os impostos que pagam, e com a contribuição a que se compromettem! E que importa essa representação ha poucos dias apresentada, em que os povos de Beja pedem que as medidas financeiras não sejam approvadas pelo parlamento? (Uma voz: — de Beja, não.) Pertence ao districto de Beja, e portanto, ao districto que se comprometter a augmentar os seus encargos, para dar a subvencção para o caminho de ferro.

E serão só os povos de Beja que têm representado? Tem na algarbeira uma representação para apresentar em occasião competente, assignada por um grande numero de cidadãos do districto de Aveiro, e outras vão apparecendo de outros districtos, embora algum entenda que se devem pôr de parte estes queixumes dos povos; mas se ao doente é permitido gemer quando se lhe applica a cura, ainda mesmo dizendo se-lhe que é para seu bem, deixem-se os povos queixar quando vêm sobre elles a espeda fiscal para lhes tirar o ultimo objecto que têm em casa, a fim de se levarem á execução as medidas que se pretendem. O queixume dos que têm de ser onerados é permitido; a representação está consagrada na carta: todos têm direito de se queixar, e então não se tratam de resto estas representações. Avalie a camara as propostas, ouça os queixumes, e decida como melhor entender.

Mas para si outra é a questão, e esta está no caminho de ferro do Barreiro que tem tambem a sua historia. Não irá buscar a parte do que respeita á companhia que tão lealmente tem cumprido o seu contrato, mas o que é verdade, o que é sabido e o que deve constar dos archivos das repartições publicas, é que propostas successivas de alta importancia, com grandes subvencções, foram apresentadas e patrocinadas a respeito da continuação d'este caminho de ferro, e o governo entendeu que era sufficiente a subvencção de 12:000\$000 réis, e trouxe uma proposta a esta camara a qual foi discutida largamente, e combatida então pela opposição, proposta ou projecto que passou á outra camara.

N'este meio tempo, o ministro que tinha feito esta proposta e que a tinha sustentado n'esta camara, largou as cadeiras do ministerio e entrou o sr. Antonio de Serpa Pimentel, e a. ex.ª por um acto seu, por um acto de condescendencia, accitou a emenda que na outra camara se fez ao projecto, e em que se disse que a subvencção não seria de réis 12:000\$000, mas do que se entendesse necessario. Em consequência d'essa emenda a lei voltou outra vez a esta camara, e o sr. ministro das obras publicas disse o que consta do seu discurso que vae ter a honra de ler, e pede o cumprimento da sua palavra, porque um ministro da coroa, quando vem perante as camaras asseverar qualquer coisa, quando faz uma promessa ou uma declaração, deve ser exacto em cumprir o que prometteu.

O sr. ministro das obras publicas havia dito que essa emenda continha uma alteração, tirando o limite da subvencção, mas que se comprometia, perante a camara e o paiz, a não adjudicar esta obra por maior quantia dos 12:000\$000 réis, e quando não achasse na praça, porque esta é que era a questão da opposição de que o sr. ministro tinha feito parte, repete, quando não achasse na praça quem fizesse esta obra por esta subvencção viria pedir ao parlamento uma maior subvencção. (O sr. *Ministro das obras publicas*: — foi o que fiz.) Foi o que o sr. ministro não

funcionários civis e o seu corpo de polícia até ao momento em que entre as potências, a Sardenha e a Suíça, se chegue a um acordo das questões pendentes.

Hontem, quando v. ex.^a recebeu o meu protesto contra a occupação estrangeira tanto civil como militar de Chablais, Faucigny e Genevois, primeiro que se pronunciou as potências á quaes a Suíça se dirigiu, teve a bondade de me dar explicações satisfactorias. Conclui d'essas explicações que o governo sardo não permitirá, pela realisação de qualquer facto, que seja prejudicada a nova combinação cujas bases constituem o objecto de negociações entre a Suíça e as potências garantidas da sua neutralidade; ouso, pois, esperar, hoje, que esse mesmo governo se dignará tranquilisar a Suíça por uma declaração conforme ao pedido do conselho federal.

Esperando com toda a confiança a vossa resposta á minha nota de hontem, e ao presente peço que a consequencia natural d'essa nota, peço-vos, senhor conde, que me acrediteis, etc. = A. Tourte.

Nota dirigida pelo conde de Cavour, presidente do conselho de ministros de sua magestade o rei da Sardenha a mr. A. Tourte, enviado da confederação helvética, em resposta á sua nota de 28 de março de 1860.

Senhor enviado. — Recebi a nota que tivestes a honra de dirigir-me no dia 28 d'este mez, para protestardes, em nome e por ordem do vosso governo, contra qualquer acto de posse civil ou militar, feito pela França, das provincias da Saboia ás quaes os tratados de 1815 conferiram a neutralidade suíça, até que se faça uma combinação sobre este assumpto entre as potencias garantidas d'essa neutralidade e a propria Suíça.

Os sentimentos que o governo do rei professa pela confederação helvética, e as explicações que elle já deu, devem convencer a de que aprecia da maneira mais amigavel as sollicitudes do conselho federal, reputando-se feliz por lhe testemunhar, tanto quanto caiba nas suas forças, os sentimentos de consideração que lhe inspiram as suas ligações com um paiz que sempre lhe tem dado provas de boa vizinhança.

Os termos do tratado feito no dia 24 d'este mez, em Turim, e ao qual se refere a nota que me transmitistes, excluem o pensamento de que a Sardenha quizesse alterar a posição que os actos do congresso de Vienna crearam ás provincias de que se trata. De resto a eventualidade que a Suíça parece recear, encarregando até o conselho federal de nos dirigir novos protestos, não se realisará.

O territorio neutralisado da Saboia não será occupado pelas tropas francezas, sem que as populações se pronunciem sobre os seus futuros destinos. Tendo sobre tudo em vista que se alcance uma solução satisfactoria para todos, a França foi a primeira a provocar a reunião de uma conferencia, que se occupasse dos meios por que podem ser dadas á Suíça as garantias necessarias.

Queira o conselho federal appressar a convocação d'essa conferencia, e temos a intima convicção de que se chegará a um accordo, dissipando-se assim todas as inquietudes.

Pego-vos, senhor ministro, que aceiteis, etc. = Conde de Cavour.

NOTICIAS SCIENTIFICAS

OBSERVATORIO METEOROLOGICO

NA ESCOLA POLYTECHNICA

ABRIL-30	BAROMETRO (PRESSÃO)	THERMOMETRO (TEMPERATURA)	PSYCHROMETRO (HUMIDADE)	ANEMOMETRO (VENTO)
	Millímetros	Grãos C.	Por 100	Rumos
9 m.	758,18	15,8	69,3	SO.
3 t.	756,65	21,2	33,8	ONO.

DIA 28.

Maxima — temperatura.....	20,6 C.
Minima — — — — —	9,4 "
Ozone (de noite).....	4,0
Ozone (de dia).....	6,5
Chuva (udometro).....	0,0 Mil.
Evaporação (vapormetro).....	6,9 "
Altura barométrica correcta.	
Altitude do barometro 95,1 metros.	
Temperatura á sombra.	

ABRIL-30	BAROMETRO (PRESSÃO)	THERMOMETRO (TEMPERATURA)	PSYCHROMETRO (HUMIDADE)	ANEMOMETRO (VENTO)
	Millímetros	Grãos C.	Por 100	Rumos
9 m.	755,50	16,0	44,2	NE.
3 t.	759,88	21,1	31,4	E.

DIA 29.

Maxima — temperatura.....	21,9 C.
Minima — — — — —	9,5 "
Ozone (de noite).....	4,0
Ozone (de dia).....	4,5
Chuva (udometro).....	0,0 Mil.
Evaporação (vapormetro).....	7,4 "
Altura barométrica correcta.	
Altitude do barometro 95,1 metros.	
Temperatura á sombra.	

NOTICIAS COMMERCIAES

Mappa do rendimento cobrado na alfandega de S. Thomé nos mezes de janeiro e fevereiro de 1860

PROCEDENCIAS DO RENDIMENTO	JANEIRO	FEVEREIRO	TOTAL
Direitos de importação.....	251.005	680.466	931.531
Idem de exportação.....	16.871	30.424	47.145
Idem de lingagem.....	19.475	33.970	53.445
Idem de armazenagem.....	5.882	6.549	12.431
Correio.....	32.870	1.750	34.620
Papel sellado, e papel de despachos.....	25.860	53.080	78.940
Sello de verba.....	47.820	47.160	94.980
Subsidio.....	35.890	57.280	93.170
	435.183	910.509	1.345.692

Alfandega da ilha de S. Thomé, em 2 de março de 1860. = João B. Brumack.

MOVIMENTO MARITIMO

BARRA DE LISBOA

Dia 29 de abril de 1860

EMBARCAÇÕES ENTRADAS

Aldices, hiate portuguez, mestre P. J. Ferreira, de Vianna em 2 dias, com milho; 7 pessoas de tripulação, e 8 passageiros, que são: Antonio Manuel, Manuel Lourenço, José Ennes, Antonio Moraes, com 2 pessoas de familia, Manuel de Carvalho, artistas; Francisco Antonio, caixeiro; portuguezes.

Ville de Paris, paquete francez a vapor, capitão A. Mahaud, de S. Nazaire em 4 dias, de Vigo em 2, e da barra do Porto em 12 horas, com varias fazendas a H. Juhel; 25 pessoas de tripulação, 1 mala, e 100 passageiros.

Stork, escuna ingleza, capitão S. Fitzwater, de Londres em 8 dias, com assucar, melao, e mais generos a F. Martin & Son; 8 pessoas de tripulação, e 1 passageiro, que é: Lady M. Fitzwater, ingleza.

União, patacho portuguez, capitão J. O. Nobre, de Pernambuco em 37 dias, com assucar e mais generos a J. J. das Neves; 8 pessoas de tripulação.

EMBARCAÇÕES SAÍDAS

D. Pedro, paquete portuguez a vapor, capitão F. C. de Sena, para as ilhas, de S. Thiago de Cabo Verde, S. Thomé, Ambriz, Loanda, Benguela, e Mossamedes, com fazendas e mais generos; 50 pessoas de tripulação, e 48 passageiros.

Sympathia, hiate portuguez, mestre A. dos Reis, para Faro, com trigo e mais generos; 9 pessoas de tripulação e 5 passageiros, que são: Miguel José da Silva Freire, com 2 pessoas de familia, official do exercito; José Filipe Baptista, negociante; Joaquim Manuel de Amor, marítimo; portuguezes.

Marinha Grande, hiate do arsenal.

Cassandra, chalupa ingleza, capitão H. Pinhey, para Bristol, com fructa, vinho e mais generos; 5 pessoas de tripulação.

Auckland, brigue inglez, capitão J. Long, para Quebec, com sal; 8 pessoas de tripulação.

Alarme, patacho portuguez, capitão T. Fernandes, para Nantes, com residuos de assucar; 10 pessoas de tripulação.

Marie Claire, brigue polaca francez, capitão J. M. Ferrière, para Bordeaux, com cortiga; 7 pessoas de tripulação.

David, brigue inglez, capitão T. Moore, para Pool, com sal; 8 pessoas de tripulação.

Conceição Bomfim, hiate portuguez, mestre J. F. da Silva, para Sines, com telha; 6 pessoas de tripulação.

Dia 30

EMBARCAÇÕES ENTRADAS

Magdalena, paquete inglez a vapor, capitão R. Woolward, do Rio de Janeiro em 22 dias, da Bahia em 18, de Pernambuco em 16, e de S. Vicente em 8 e meio, com diferentes generos a A. Wan Zeller; 126 pessoas de tripulação, 10 malas, e 222 passageiros.

Bretagne, paquete francez a vapor, capitão A. Lavallée, de Cadiz em 36 horas, com vinho, cacau e mais generos a H. Juhel; 23 pessoas de tripulação, e 2 passageiros.

Milford-Haven, paquete portuguez a vapor, capitão J. M. de Oliveira, de Milford Haven em 3 dias e 2 horas, com manteiga e fazendas a P. Ollive & C.^a; 99 pessoas de tripulação, 4 mala e 19 passageiros.

EMBARCAÇÕES SAÍDAS

D. Luiz, paquete portuguez a vapor, capitão F. B. Ribeiro, para os portos do Algarve, com cereaes, e encomendas; 20 pessoas de tripulação e 34 passageiros.

Wilhelmina, galeota holandeza, capitão A. Coster, para Palermo, com assucar e café; 1 pessoa de tripulação.

Laia 3.^a, brigue portuguez, capitão J. J. da Costa, para o Rio de Janeiro, com vinho, azeite e mais generos; 16 pessoas de tripulação, e 4 passageiros, que são: Antonio José Ribeiro, Custodio Duarte de Almeida, caixeiros; D. Maria Bernardina da Annunciada, Maria Munhez; portuguezes.

Catinka, chalupa dinamarqueza, capitão N. P. Nielsen, para Ertland, com sal; 6 pessoas de tripulação.

Magdalena, paquete inglez a vapor, capitão R. Woolward, para Southampton, com fazendas e encomendas; 126 pessoas de tripulação e 155 passageiros.

Bordo do vapor Infante D. Luiz, em frente de Belem, em 30 de abril de 1860. = J. J. Cecilia Kol, capitão tenente, commandante.

TELEGRAPHIA ELECTRICA

BOLETIM DO TELEGRAPHO PRINCIPAL

EM 28 DE ABRIL DE 1860

Serviço das barras

Da foz do Douro, do dia 27

Entradas — Portuguezes, hiates Eugenio, de Portimão em 20 dias; Douro em 5; Luz do Dia em 6; Magdalena em 4; todos tres de Setubal; vapor hollandez Girondo, de Hamburgo em 6 dias; brigue inglez Lventure, de New Castle em 14 dias.

Saiu o vapor inglez Iberia, para Londres.

Fôra da barra fica o vapor de guerra portuguez Lynce, e uma barca.

O mar está um tanto agitado. — O vento esteve E. e NO. regulares, agora N. brando.

De Caminha, do dia 27

Não entrou embarcação alguma.

Saiu o hiate Alleluia, para S. Martinho, com milho.

Mar bom. — Vento N.

Da Figueira, do dia 27

Não entrou nem saiu embarcação alguma.

Fôra da barra nada se avista.

Mar bom. — Vento NNO. fresco.

Da Ericeira, do dia 27

Não entrou nem saiu embarcação alguma.

Mar agitado. — Vento N. bonancoso.

De Villa Real de Santo Antonio, do dia 27

Não entrou nem se avista embarcação alguma.

Saidas — Inglezes, escuna Uzel, e brigue Artizan, para Liverpool, com mineral; hiate portuguez Estrella do Sado, para Setubal, em lastro.

O enter de guerra Ligeiro, e cahique Mindello, para o cruzeiro.

O mar está bom. — Vento NNE. fresco.

De Villa do Conde, do dia 26

Entrou o hiate Sem Segundo, de Setubal em 13 dias, com sal, arroz e varios generos.

Mar agitado. — Vento N.

De Távira, do dia 27

Não entrou nem saiu embarcação alguma.

Bom tempo. — Vento N.

De Faro, do dia 27

Saidas — Hiate Recreio de Távira, para Távira, com encomendas; Melia, para Lisboa, com vinho e figo; falucho hespanhol S. João Baptista, para a ilha Terceira, com pescaria; bote portuguez Senhora da Encarnação, para Villa Real, vasio.

Vento N.

Direcção geral dos telegraphos do reino, em 28 de abril de 1860. = O director geral, J. B. da Silva.

FUNDOS ESTRANGEIROS

(Boletim telegraphico)

Bolsa de Madrid, em 30 de abril — 3 por cento consolidado a 47 — 3 dito differido a 36,80 e 36,85.

Bolsa de Paris, em 30 de abril — 3 por cento francez a 70,90 — 4 1/2 dito a 96,50.

Bolsa de Londres, em 30 de abril — Consolidados de 95 1/2 a 95 3/4.

INSPECÇÃO DOS INCENDIOS

III.^{ma} sr. — Participo a v. s.^a que a 28 do corrente mez, pelas onze horas da manhã, foi levado aviso ás casas de estação das bombas pertencentes ao circulo n.^o 24, de que havia incendio no predio n.^o 13, na rua do Meio. Os socorros acudiram com a necessaria celeridade, e verificou-se, que o fogo tinha pegado de um fogareiro a uma porção de roupa, e que uma mulher que lhe quiz acudir ficou gravemente queimada. O incendio não progrediu.

No dia 30 do corrente mez, pelas tres horas da tarde, pegou fogo a uma porção de aparas na loja com o n.^o 2, no bôco das Flores, e communicou-se

depois á fuligem da chaminé. Os socorros foram promptos, e o incendio não progrediu.

Deus guarde a v. s.^a Lisboa, 30 de abril de 1860. — Ill.^{mo} sr. vereador do pelouro dos incendios. = O engenheiro encarregado da inspecção geral dos incendios, Joaquim Julio Pereira de Carvalho.

AVISOS

SOCIEDADE DAS CASAS DE ASYLO DA INFANCIA

DESVALIDA

A assembleia geral dos srs. subscriptores ha de reunir-se no proximo domingo 6 de maio, pela uma hora da tarde, na sala do risco do arsenal da marinha.

Segundo os artigos 11.^o e 12.^o dos estatutos se hão de apresentar e examinar o relatório e contas do anno de 1859, e se procederá á eleição do novo conselho de direcção, o qual se compõe de presidente, vice-presidente, sete senhores directores, thesoureiro e dois secretarios; bem como á nomeação de tres membros para a commissão de exame de contas.

Em seguida terá lugar a distribuição dos premios destinados aos alumnos que mais se distinguiram, no decurso do anno findo, pelo seu aproveitamento no ensino, e mais qualidades requeridas para se obterem taes premios.

É permitida a entrada na sala do risco a todas as pessoas que desejarem assistir aos referidos actos. Lisboa, 1 de maio de 1860.

ASSOCIAÇÃO DE SOCCORRO E MONTE PIO GERAL

DA MARINHA

O pagamento das pensões do mez de fevereiro ultimo terá lugar nos dias 1.^o e 2.^o do proximo futuro mez de maio, continuando todos os sabbados seguintes.

Lisboa, 26 de abril de 1860. = O secretario, A. A. de Oliveira.

ASSOCIAÇÃO DOS EMPREGADOS DO ESTADO

A direcção annuncia que do dia 1.^o até 15 do proximo futuro mez, das 9 horas da manhã até ás 4 da tarde, se receberão, na casa da mesma associação, as quotas do corrente mez. E previnem-se os socios n.^{os} 85, 156, 300, 414, 496, 521, 755, 928, 932, 1044, 1227, 1382 e 1401, para virem satisfazer os seus debitos até ao dia 15 do proximo mez de maio, segundo as disposições do § 2.^o do artigo 48.^o dos estatutos.

A direcção previne aos mutuatrios dos penhores n.^{os} 92, 195, 248, 250, 261, 262, 270, 274, 279, 284, 297, 299, 300, 301, 302, 318, 320, 325, 328, 336, 338, 341, 355, 358, 365, 399, 400, 404, 406, 409, 413, 414, 416, 419, 420, 421, 424, 429, 433, 436, 437, 440, 457, 462, 464, 472, 473, 474, 481, 482, 484, 485, 488, 493, 507, 508, 512, 514, 519, 535, 539, 540, 568, 569, 570, 623, 581, 584, 595, 596, 600, 601, 602, 606, 610, 611, 615, 620, 621, 622, 623, 625, 645, 656, 657, 671, 677, 681, 682, 683, 685, 686, 687, 689, 709, para virem satisfazer os seus debitos até ao dia 15 do proximo futuro mez de maio em conformidade do artigo 5.^o do decreto de 6 de setembro de 1858.

Lisboa, 30 de abril de 1860. = O secretario da direcção, José Maria Gervasio Codina.

CENTRO PROMOTOR DOS MELHORAMENTOS

DAS CLASSES LABORIOSAS

É convocada a assembleia geral para quinta-feira 3 do corrente, pelas oito horas da tarde. Ordem do dia — 1.^o, proposta do sr. Costa Pereira sobre pautas; 2.^o, continuação da discussão do regimento interno. = O secretario, J. A. Dias.

ALFANDEGA GRANDE DE LISBOA

Continua na quarta-feira 2 do presente mez de maio, pelas onze horas da manhã, o leilão de fazendas de linho e algodão, vidros, lenços de cambraia, cebo, gomma copal, tapicoa, couros, cortés de vestidos, quatro ricas mantilhas hespanholas de renda de seda, enfeites de cabeça de senhora, espermace, gelatinas, luvas de pellica, louça, bandejas, papel, farinha de pau, livros, potassa, etc.

PUBLICAÇÕES LITTERARIAS

MEMORIA SOBRE AS ALFANDEGAS

Este opusculo, em que se combate victoriosamente o systema da illimitada liberdade do commercio, como prejudicial á industria nacional, e por consequencia á agricultura, vende-se por 120 réis na loja da viuva Marques e Filha, rua Augusta n.^o 15.

A FEDERAÇÃO

FOLHA INDUSTRIAL

DEDICADA ÁS CLASSES OPERARIAS

Publicou-se o n.^o 39 do 4.^o volume d'este jornal. Subscryve-se e vende-se em Lisboa, nas livrarias da viuva Marques, rua Augusta n.^o 2 e 3; João Paulo Martins Lavado, n.^o 8; Baptista, calçada dos Paulistas n.^o 23 e 24. Em Coimbra, na livraria da imprensa da universidade; no Porto, na livraria de Fonseca, rua das Hortas. — Preço em Lisboa de cada n.^o pago á entrega 20 réis. Nas provincias (adiantado), tres mezes 300 réis.

A POMBA

POEMA EM SEIS CANTOS

DEDICADO A SUA MAJESTADE EL-REI O SENHOR D. PEDRO V

Continua a vender-se na rua Augusta n.^o 8 e 186, numerção antiga. — Preço 500 réis.

ANNUNCIOS

1. PELA CAMARA PATRIARICAL corre um processo de liquidação, a requerimento do reitor do seminario patriarcal de Santarem, sobre a extincção da collegiada de S. Thiago de Torres Vedras; e pelo presente são chamados todos os que se julgarem com direito, ou a oppor-se á extincção da mesma collegiada, ou a perceberem alguma parte dos rendimentos d'ella, nos termos da lei de 16 de junho de 1848, e decreto de 27 de dezembro de 1849, para que o venham deduzir no mesmo juizo, dentro de trinta dias, com a comminação de revelia.

2. PELA CAMARA PATRIARICAL corre um processo de liquidação, a requerimento do reitor do seminario patriarcal de Santarem, sobre a extincção da collegiada de Nossa Senhora da Luz da Carvoeira; e pelo presente são chamados todos os que se julgarem com direito, ou a oppor-se á extincção da mesma collegiada, ou a perceberem alguma parte dos rendimentos d'ella, nos termos da lei de 16 de junho de 1848, e decreto de 27 de dezembro de 1849, para que o venham deduzir no mesmo juizo, dentro de trinta dias, com a comminação de revelia.

3. PELA CAMARA PATRIARICAL corre um processo de liquidação, a requerimento do reitor do seminario patriarcal de Santarem, sobre a extincção da collegiada de S. Miguel de Torres Vedras; e pelo presente são chamados todos os que se julgarem com direito, ou a oppor-se á extincção da mesma collegiada, ou a perceberem alguma parte dos rendimentos d'ella, nos termos da lei de 16 de junho de 1848, e decreto de 27 de dezembro de 1849, para que o venham deduzir no mesmo juizo, dentro de trinta dias, com a comminação de revelia.

4. PELA CAMARA PATRIARICAL corre um processo de liquidação, a requerimento do reitor do seminario patriarcal de Santarem, sobre a extincção da collegiada de S. Miguel de Torres Vedras; e pelo presente são chamados todos os que se julgarem com direito, ou a oppor-se á extincção da mesma collegiada, ou a perceberem alguma parte dos rendimentos d'ella, nos termos da lei de 16 de junho de 1848, e decreto de 27 de dezembro de 1849, para que o venham deduzir no mesmo juizo, dentro de trinta dias, com a comminação de revelia.

5. PELA CAMARA PATRIARICAL corre um processo de liquidação, a requerimento do reitor do seminario patriarcal de Santarem, sobre a extincção da collegiada de S. Thiago de Torres Vedras; e pelo presente são chamados todos os que se julgarem com direito, ou a oppor-se á extincção da mesma collegiada, ou a perceberem alguma parte dos rendimentos d'ella, nos termos da lei de 16 de junho de 1848, e decreto de 27 de dezembro de 1849, para que o venham deduzir no mesmo juizo, dentro de trinta dias, com a comminação de revelia.

6. NO JUIZO DE DIREITO DA 6.^a VARA, escrivão Motta, corre editos de trinta dias, a requerimento de João Bernardino Pereira, Antonio Leite, e Antonio da Costa da Theresia, como cessionarios de Maria, e Gertrudes Josefa, e outros herdeiros de D. Francisca Rita de Azevedo Athayde e Menezes, chamando quem tiver que se oppor á habilitação a que os mesmos pediram no dito juizo, para que o venham deduzir na herança arrecadada da dita finada D. Francisca Rita, pena de lançamento, e dos annuncios serem julgados habilitados.

7. PELA CAMARA PATRIARICAL corre um processo de liquidação, a requerimento do reitor do seminario patriarcal de Santarem, sobre a extincção da collegiada de S. Paulo da Foz da Foz, fallecido no dia 24 de Setembro de 1859, para que o venham deduzir no prazo de uma audiência posterior ao ultimo dia dos editos, com pena de lançamento, e de mais não serem attendidas.

8. PELA CAMARA PATRIARICAL corre um processo de liquidação, a requerimento do reitor do seminario patriarcal de Santarem, sobre a extincção da collegiada de S. Paulo da Foz da Foz, fallecido no dia 24 de Setembro de 1859, para que o venham deduzir no prazo de uma audiência posterior ao ultimo dia dos editos, com pena de lançamento, e de mais não serem attendidas.

9. A REQUERIMENTO DE José Antonio Pereira é citado Manuel Rodrigues Alves, para